

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
URBANO E INTERIOR**

**RELATÓRIO
1998**

Presidente:
Deputado JOSÉ BORBA

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:
Deputado FERNANDO ZUPPO



ÍNDICE

	página
Apresentação	01
Relação dos Membros da Comissão	03
Quantitativo de Reuniões e Proposições Apreciadas	04
Reuniões Ordinárias / Reunião Extraordinária	05
Requerimentos aprovados	06
Projetos aguardando redistribuição	07
Projetos aprovados	08
Projetos prejudicados	09
Projetos pendentes de parecer	10
Projetos prontos para a pauta	12
Projetos apensados	14
Subcomissões Especiais	17
Emendas ao Orçamento/99	19



APRESENTAÇÃO

Apesar de 1998 ter sido um ano em que os trabalhos das Comissões Permanentes foram particularmente afetados pela campanha eleitoral e por uma concentração de matérias no Plenário da Casa, a Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior conseguiu realizar nove reuniões ordinária e uma extraordinária.

Foram apreciadas por este Órgão Técnico importantes proposições.

Em primeiro lugar, citamos o Projeto de Lei Complementar nº 130, de 1996, de autoria do Deputado Edinho Araújo, e seus apensos, que tratam de tema fundamental: a criação, fusão e desmembramento de Municípios. Tendo como Relator o Deputado Valdeci Oliveira, foi elaborado e aprovado um Substitutivo que, temos certeza, constituir-se-á numa base competente para a futura lei complementar.

No campo do desenvolvimento regional, foi aprovado, a partir de parecer do Deputado Welson Gasparini, o Projeto de Lei nº 3.576, de 1997, de autoria do Deputado Fernando Diniz. A proposição aperfeiçoa a Lei nº 3.276, de 05 de outubro de 1957, que dispõe sobre os créditos orçamentários destinados à defesa contra as secas do Nordeste, regula a forma de pagamento de prêmio pela construção de açudes em cooperação, e dá outras providências.

Atendendo questão de grande alcance social, foi aprovado, mediante parecer do Deputado Murilo Pinheiro, o Projeto de Lei nº 4.195, de 1998, Proposição de autoria do Deputado Luciano Pizzatto que assegura que os meios utilizados por deficientes físicos para garantir sua locomoção e qualidade de vida não sofram restrições. Todos hão de se lembrar de exemplos como o da deficiente visual que precisou recorrer à justiça para poder assistir a um espetáculo acompanhada com seu cão-guia. Com a aprovação de uma lei com o conteúdo proposto, injustiças como essa não mais ocorrerão.

Por fim, foi aprovado por essa Casa Legislativa, com parecer do Deputado Wilson Cignachi, o Projeto de Decreto Legislativo nº 693, de 1998, que aprova o texto do acordo para a criação da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço, celebrado entre o Brasil e a Argentina.



Câmara dos Deputados
Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior

Além dessas, temos mais de uma dezena de proposições com parecer, prontas para a pauta, e pelo menos duas dezenas sendo relatadas atualmente pelos membros desta Câmara Técnica. Entre as últimas, não é poderia deixar de colocar em relevo o Projeto de Lei nº 5.788, de 1990, mais conhecido como Estatuto da Cidade, e seus apensos, com a relatoria agora sob a responsabilidade do Deputado Antônio Carlos Pannunzio. Muitos Membros da CDUI, como o Deputado Simão Sessim, o Deputado Nedson Micheleti, o Deputado Nilmário Miranda e o Deputado Fernando Zuppo têm acompanhado a tramitação desse Projeto em todas as Comissões da Casa e trabalhado com afinco por sua aprovação. Tendo sido encaminhado recentemente a esta Comissão, certamente o Estatuto da Cidade será objeto de grandes debates na próxima Sessão Legislativa.

Os trabalhos da CDUI em 1998, vale destacar, não se ativeram à análise de projetos. Durante o ano, os Parlamentares que integram a Comissão acompanham permanentemente as ações do Poder Executivo no campo do desenvolvimento urbano e regional e discutiram propostas de políticas públicas a serem implementadas. Reflexos diretos desse tipo de trabalho estão nas propostas de emendas ao Orçamento de 1999 discutidas e encaminhadas pela Comissão.

Apresentamos, assim, um resumo das atividades de 1998, para que a Câmara dos Deputados e a sociedade possam conhecer melhor o nosso trabalho.

Brasília, 15 de dezembro de 1998


Deputado José Borja
Presidente



Câmara dos Deputados
Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior

RELAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO	
TITULARES	SUPLENTE
PFL	
JORGE KHOURY	CARLOS MAGNO
MURILO PINHEIRO	CÉSAR BANDEIRA
SÉRGIO BARCELLOS	DARCI COELHO
SIMARA ELLERY (PMDB)	OSCAR ANDRADE
ZILA BEZERRA	ROBERTO PESSOA
PSDB	
ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO	ADEMIR LUCAS
EDUARDO BARBOSA	CECI CUNHA
OSVALDO BIOLCHI (PTB)	JOSÉ DE ABREU
WELSON GASPARINI	VAGO
VAGO	VAGO
PMDB/PRONA	
ANTÔNIO BRASIL (PMDB)	BARBOSA NETO (PMDB)
JOSÉ CHAVES (PMDB)	CARLOS NELSON (PMDB)
TETE BEZERRA (PMDB)	HENRIQUE E. ALVES (PMDB)
WILSON CIGNACHI (PMDB)	MARCELO TEIXEIRA (PMDB)
PPB	
JOÃO MENDES	PRISCO VIANA
SIMÃO SESSIM	RICARDO IZAR
TELMO KIRST	VAGO
VAGO	VAGO
PT/PDT/PC do B	
FERNANDO ZUPPO (PDT)	JOÃO PAULO (PT)
NEDSON MICHELETI (PT)	LUIZ E. GREENHALGH (PT)
NILMÁRIO MIRANDA (PT)	PAULO ROCHA (PT)
VALDECI OLIVEIRA (PT)	VAGO
PTB	
JOSÉ BORBA	PEDRINHO ABRÃO
PSB	
VAGO	VAGO
PL	
ELISEU MOURA	PEDRO CANEDO



Câmara dos Deputados
Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior

QUANTITATIVO DE REUNIÕES		TOTAL
REUNIÕES REALIZADAS	QUANTIDADE	10
ORDINÁRIAS	09	
EXTRAORDINÁRIA	01	

PROPOSIÇÕES APRECIADAS	QUANTIDADE
REQUERIMENTO	01
PROJETOS AGUARDANDO REDISTRIBUIÇÃO	02
PROJETOS APROVADOS PELA COMISSÃO	03
PROJETO APROVADO PELO PLENÁRIO DA CASA	01
PROJETOS PREJUDICADO	1
PROJETOS PENDENTES	19
PROJETOS PRONTOS PARA A PAUTA	11
PROJETOS APENSADOS	28



Câmara dos Deputados
Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior

REUNIÕES ORDINÁRIAS		
REUNIÃO	DATA	PAUTA
1ª	18.03.98	Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidentes
2ª	01.04.98	Apreciação de proposições
3ª	15.04.98	
4ª	29.04.98	
5ª	06.05.98	
6ª	27.05.98	
7ª	03.06.98	
8ª	18.11.98	
10ª	09.12.98	

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA		
REUNIÃO	DATA	PAUTA
9ª	18.11.98	Discussão e votação das emendas da Comissão ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 41/98 - que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 1.999".



PROPOSIÇÕES

REQUERIMENTO APROVADO

1 - do Sr. Deputado WELSON GASPARINI, solicitando a convocação do Ministro da Fazenda, Dr. Pedro Malan, para que ouça os pedidos dos Municípios, por meio dos seus Membros, e esclareça a posição do Governo quanto ao problema do desequilíbrio financeiro dos Municípios e uma adequação de suas dívidas.



PROJETOS AGUARDANDO REDISTRIBUIÇÃO

- 1 - PROJETO DE LEI Nº 1.944/96 - do Sr. Gervásio Oliveira - que "fixa normas de descentralização administrativa e participação da população na aplicação dos recursos destinados à habitação popular para a Caixa Econômica Federal".
- 2 - PROJETO DE LEI Nº 4.717/98 - do Sr. Franco Montoro - que "disciplina as cooperativas habitacionais".



PROJETOS APROVADOS

1 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 130/96 - do Sr. Edinho Araújo - que "dispõe sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios".

RELATOR: Deputado Valdeci Oliveira

PARECER (REFORMULADO): Favorável aos PLPs de nºs 130/96, 138/96 (apensado) e 151/97 (apensado), com Substitutivo

2 - PROJETO DE LEI Nº 3.576/97 - do Sr. Fernando Diniz - que "altera o art. 17 da Lei nº 3.276, de 5 de outubro de 1957, que "dispõe sobre créditos orçamentários destinados à defesa contra as secas do Nordeste, regula a forma de pagamento de prêmio pela construção de açudes em cooperação, e dá outras providências".

RELATOR: Deputado Welson Gasparini

PARECER: Favorável

3 - PROJETO DE LEI Nº 4.195/98 - do Sr. Luciano Pizzatto - que "determina que os meios utilizados por deficientes físicos para garantir sua livre locomoção e qualidade de vida não sofram restrições".

RELATOR: Deputado Murilo Pinheiro

PARECER: Favorável

4 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 693/98 - da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - que "aprova o texto do acordo para a criação da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, em Brasília, em 10 de novembro de 1997".

RELATOR: Deputado Wilson Cignachi

PARECER: Favorável

Obs: O Projeto foi aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados, em 03.12.98.



PROJETO PREJUDICADO

01 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 201/97 - do Sr. Maurício Requião - que "dispõe sobre a delegação aos Municípios da administração de bens de domínio da União e dá outras providências".
RELATOR: Deputado Welson Gasparini



PROJETOS PENDENTES DE PARECER

01 - PROJETO DE LEI Nº 5.788/90 - do Senado Federal - que "estabelece diretrizes gerais da Política Urbana e dá outras providências".

RELATOR: Deputado Antônio Carlos Pannunzio

02 - PROJETO DE LEI Nº 5.993/90 - do Senado Federal - que "dispõe sobre a construção de logradouros, de edifícios de uso público e de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência física, nos termos dos arts. 227, § 2º, e 244 da Constituição".

RELATOR: Deputado Antônio Carlos Pannunzio

03 - PROJETO DE LEI Nº 885-A/95 - da Sra. Maria Elvira - que "institui o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais com Mulheres".

RELATORA: Deputada Simara Ellery

04 - PROJETO DE LEI Nº 2.910/97 - do Sr. Arthur Virgílio - que "acrescenta § 5º ao art. 2º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, que altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, e dá outras providências".

RELATOR: Deputado Valdeci Oliveira

05 - PROJETO DE LEI Nº 3.321/97 - do Sr. Basílio Villani - que "dispõe sobre imóveis para locação social, estabelece normas de procedimentos e dá outras providências".

RELATOR: Deputado Antônio Brasil

06 - PROJETO DE LEI Nº 3.525/97 - do Sr. Lima Netto - que "estabelece diretrizes para o exercício do poder concedente dos serviços de saneamento e define procedimentos suplementares para os casos das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões".

RELATOR: Deputado José Chaves

07 - PROJETO DE LEI Nº 3.690/97 - do Sr. Leopoldo Bessone - que "estende incentivos fiscais para os municípios do Vale do Rio Mucuri, no Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado Nilmário Miranda

08 - PROJETO DE LEI Nº 3.909/97 - do Sr. Inácio Arruda - que "dispõe sobre a obrigatoriedade de indenização por atraso na entrega de imóvel em construção".

RELATOR: Deputado Antônio Brasil

09 - PROJETO DE LEI Nº 3.972/97 - do Sr. Silas Brasileiro - que "modifica o inciso III do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989".

RELATOR: Deputado Nilmário Miranda

10 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 227/98 - do Sr. Luís Roberto Ponte - que "dispõe sobre o Sistema de Aquisição da Habitação Social - SAHS e dá outras providências".

RELATOR: Deputado Wilson Cignachi



Câmara dos Deputados
Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior

11 - **PROJETO DE LEI Nº 4.080/98** - do Sr. Werner Wanderer - que "altera os limites do Parque Nacional do Iguaçu, criando a Zona de Uso Especial do Iguaçu, de acordo com o Art. 225, parágrafo 1º, inciso III da Constituição Federal".
RELATOR: Deputado Nedson Micheleti

12 - **PROJETO DE LEI Nº 4.193/98** - do Sr. Luiz Máximo - que "altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que "dispõe sobre o condomínio em edificações e incorporações imobiliárias".
RELATOR: Deputado José Chaves

13 - **PROJETO DE LEI Nº 4.288/98** - do Sr. Elias Murad - que "determina que os projetos de fundações de edifícios com mais de três pavimentos se baseiem em laudo geotécnico, previamente elaborado por profissional habilitado".
RELATOR: Deputado Sérgio Barcellos

14 - **PROJETO DE LEI Nº 4.340/98** - do Sr. Márcio Fortes - que "dispõe sobre o estabelecimento do responsável por danos e prejuízos provocados pela má execução das obras de construção civil, sobre obrigatoriedade do "habite-se" e dá outras providências".
RELATOR: Deputado Jorge Khoury

15 - **PROJETO DE LEI Nº 4.395/98** - do Senado Federal - que "estabelece as Diretrizes Nacionais de Defesa Civil".
RELATOR: Deputado Antônio Carlos Pannunzio

16 - **PROJETO DE LEI Nº 4.473/98** - do Sr. Roberto Pessoa - que "torna obrigatória a instalação de elevadores de maca em edifícios públicos, residenciais e comerciais de todo o País".
RELATOR: Deputado Valdeci Oliveira

17 - **PROJETO DE LEI Nº 4.613/98** - do Sr. Paulo Lustosa - que "altera o § 2º do art. 2º, da Lei nº 7.827, de 27/09/89, que "regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, institui o fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-oeste - FCO, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado Jorge Khoury

18 - **PROJETO DE LEI Nº 4.625/98** - do Sr. João Pizzolatti - que "dispõe sobre a redução dos saldos devedores dos contratos de financiamento habitacional assinados a partir de 31 de março de 1990".
RELATOR: Deputado João Mendes

19 - **PROJETO DE LEI Nº 4.709/98** - do Sr. Ricardo Izar - que "dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos e dá outras providências".
RELATOR: Deputado Simão Sessim



PROJETOS PRONTOS PARA A PAUTA

01 - **PROJETO DE LEI Nº 814-A/91** - do Sr. Aroldo Cedraz - que "institui o Programa de Reabilitação de Perímetros Irrigados no Nordeste e dá outras providências".

RELATORA: Deputada Simara Ellery

PARECER: Favorável

02 - **PROJETO DE LEI Nº 1.084/91** - do Sr. Antônio Carlos Mendes Thame e Outros - que "institui a lei da moradia popular".

RELATORA: Deputada Simara Ellery

PARECER: Favorável ao PL de nº 1.084/91 e às emendas de nºs 02 e 03/93, com Substitutivo, e contrário aos PLs., apensados, de nºs 1.161/91, 2.521/92, 1.117/91, 1.489/91, 1.734/91 e 3.234/92 e à emenda de nº 01/93

03 - **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 175/97** - do Sr. Arthur Virgílio - que "dispõe sobre a aplicação de recursos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, e dá outras providências".

RELATOR: Deputado Eliseu Moura

PARECER: Favorável

04 - **PROJETO DE LEI Nº 3.179/97** - do Senado Federal - que "autoriza o Poder Executivo a alterar a razão social da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF, nos termos que especifica, e dá outras providências".

RELATOR: Deputado Simão Sessim

PARECER: Favorável, com emenda

05 - **PROJETO DE LEI Nº 3.203/97** - do Sr. Nelson Marchezan - que "estabelece Programa de Desenvolvimento da Região da Fronteira Sul e dá outras providências".

RELATOR: Deputado Wilson Cignachi

PARECER: Favorável, com emenda

06 - **PROJETO DE LEI Nº 3.465/97** - do Sr. José de Abreu - que "regula a realização de loteamento para implantação de condomínios residenciais populares, em zona de expansão urbana dos Municípios".

RELATOR: Deputado João Mendes

PARECER: Favorável, com Substitutivo

07 - **PROJETO DE LEI Nº 3.714/97** - do Sr. Padre Roque - que "dispõe sobre o direito à moradia no caso dos despejos coletivos forçados".

RELATOR: Deputado Eliseu Moura

PARECER: Contrário

08 - **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 242/98** - do Senado Federal - que "autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina e dá outras providências".

RELATOR: Deputado Eliseu Moura

PARECER: Favorável



Câmara dos Deputados
Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior

09 - **INDICAÇÃO Nº 1.225/98** - do Sr. Emílio Assmar - que "sugere ao Presidente da Câmara dos Deputados a manifestação da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior com a finalidade de apreciar e propor projeto sobre a criação da região geopolítica - Centro-Noroeste, constituída pelos Estados de Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Acre, e pelo Distrito Federal".

RELATOR: Deputado Simão Sessim

PARECER: Contrário

10 - **PROJETO DE LEI Nº 4.424/98** - do Sr. Jarbas Lima - que "dá nova redação à alínea "a" do art. 32 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e acrescenta o § 13 ao mesmo artigo".

RELATOR: Deputado Antônio Carlos Pannunzio

11 - **PROJETO DE LEI Nº 4.444/98** - da Sra. Laura Carneiro - que "dispõe sobre o licenciamento de obras de construção de unidades multifamiliares ou comerciais".

RELATOR: Deputado Sérgio Barcellos

PARECER: Contrário



PROJETOS APENSADOS

01 - PROJETO DE LEI Nº 2.191/89 - do Sr. Raul Ferraz - que " Institui, nos termos dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, a política de desenvolvimento e de expansão, suas diretrizes gerais, seus objetivos e instrumentos básicos".
(APENSADO AO PROJETO DE LEI Nº 5.788/90)

02 - PROJETO DE LEI Nº 2.587/89 - do Sr. Uldurico Pinto - que " estabelece, nos termos dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, diretrizes gerais para execução, pelo Poder Público Municipal, da política de desenvolvimento urbano".
(APENSADO AO PROJETO DE LEI Nº 5.788/90)

03 - PROJETO DE LEI Nº 2.937/89 - do Sr. José Luiz Maia - que "disciplina os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo diretrizes gerais para a política de desenvolvimento urbano".
(APENSADO AO PROJETO DE LEI Nº 5.788/90)

04 - PROJETO DE LEI Nº 4.004/89 - da Sra. Lurdinha Savignon - que "institui, nos termos dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, a política de desenvolvimento urbano e dá outras providências".
(APENSADO AO PROJETO DE LEI Nº 5.788/90)

05 - PROJETO DE LEI Nº 4.019/89 - do Sr. Ricardo Izar - que "define diretrizes para o desenvolvimento urbano".
(APENSADO AO PROJETO DE LEI Nº 5.788/90)

06 - PROJETO DE LEI Nº 4.024/89 - do Sr. Antônio Brito - que "dispõe sobre a promoção, a política e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano e cria o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano".
(APENSADO AO PROJETO DE LEI Nº 5.788/90)

07 - PROJETO DE LEI Nº 4.285/89 - do Sr. Paulo Ramos - que "dispõe sobre a promoção do desenvolvimento urbano, a política nacional de desenvolvimento nacional e urbano, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano e cria o Sistema Nacional de Habitação e Desenvolvimento Urbano".
(APENSADO AO PROJETO DE LEI Nº 5.788/90)

08 - PROJETO DE LEI Nº 4.310/89 - do Sr. Mário Assad - que "dispõe sobre planos nacionais e regionais de ordenação do território nacional, política de desenvolvimento e de expansão urbana e meio ambiente, nos termos dos artigos 21, incisos IX e XX, 182, 183 e 225 da Constituição Federal".
(APENSADO AO PROJETO DE LEI Nº 5.788/90)

09 - PROJETO DE LEI Nº 6.119/90 - da Sra. Lurdinha Savignon e Sr. Eduardo Jorge - que "institui, nos termos dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, a política de desenvolvimento urbano e dá outras providências".
(APENSADO AO PROJETO DE LEI Nº 5.788/90)

10 - PROJETO DE LEI Nº 273/91 - do Sr. Ricardo Izar - que "Define diretrizes para o desenvolvimento urbano".
(APENSADO AO PROJETO DE LEI Nº 5.788/90)



Câmara dos Deputados
Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior

11 - PROJETO DE LEI Nº 856/91 - do Sr. José Carlos Coutinho - que "regulamenta o disposto no artigo 183 da Constituição Federal e dá outras providências".

(APENSADO AO PROJETO DE LEI Nº 5.788/90)

12 - PROJETO DE LEI Nº 1.117/91 - do Sr. Manoel Moreira - que "dispõe sobre incentivos para construção de conjuntos habitacionais".

(APENSADO AO PROJETO DE LEI Nº 1.084/91)

13 - PROJETO DE LEI Nº 1.489/91 - do Sr. Said Ferreira - que "regulamenta a construção de casas populares, financiadas pelo Sistema Financeiro de habitação, para a população de baixa renda".

(APENSADO AO PROJETO DE LEI Nº 1.084/91)

14 - PROJETO DE LEI Nº 1.734/91 - do Sr. Pedro Corrêa - que "institui, junto a Caixa Econômica Federal, o Projeto Casa-Transporte".

(APENSADO AO PROJETO DE LEI Nº 1.084/91)

15 - PROJETO DE LEI Nº 1.882/91 - do Sr. Magalhães Teixeira - que "estabelece normas para a elaboração e execução do plano diretor dos municípios, conforme os termos do parágrafo 1º do artigo 182 da Constituição Federal".

(APENSADO AO PROJETO DE LEI Nº 5.788/90)

16 - PROJETO DE LEI Nº 2.521/92 - do Sr. Waldir Guerra e Ivânio Guerra - que "estabelece requisitos mínimos para a construção de moradias populares, altera o artigo 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, e dá outras providências".

(APENSADO AO PROJETO DE LEI Nº 1.084/91)

17 - PROJETO DE LEI Nº 3.234/92 - do Sr. Antônio de Jesus - que "torna obrigatória, por parte da União, a pesquisa sobre materiais e tecnologias de construção, no âmbito da política habitacional, e dá outras providências".

(APENSADO AO PROJETO DE LEI Nº 1.084/91)

18 - PROJETO DE LEI Nº 3.624/93 - da Sra. Benedita da Silva - que "dispõe sobre os imóveis públicos adquiridos por usucapião".

(APENSADO AO PROJETO DE LEI Nº 5.788/90)

19 - PROJETO DE LEI Nº 1.734/96 - do Sr. Nimário Miranda - que "estabelece diretrizes gerais de Política Urbana e dá outras providências".

(APENSADO AO PROJETO DE LEI Nº 5.788/90)

20 - PROJETO DE LEI Nº 2.807/97 - do Sr. Augusto Carvalho - que "dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos no Distrito Federal e altera dispositivos da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979".

(APENSADO AO PROJETO DE LEI Nº 5.788/90)

21 - PROJETO DE LEI Nº 3.196/97 - do Sr. Carlos Nelson - que "altera os arts. 18 e 22 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências".

(APENSADO AO PROJETO DE LEI Nº 5.788/90)

22 - PROJETO DE LEI Nº 3.485/97 - do Sr. Ciro Nogueira - que "concede incentivo fiscal, as empresas de transporte coletivo nas condições que estabelece".

(APENSADO AO PROJETO DE LEI Nº 5.993/90)

23 - PROJETO DE LEI Nº 3.663/97 - do Sr. Fernando Lopes - que "Dispõe sobre o exercício da competência do poder público municipal, no âmbito das capitais, relativamente a adequada utilização do solo urbano, nos termos do art. 182, § 4º da Constituição Federal".

(APENSADO AO PROJETO DE LEI Nº 5.788/90)



Câmara dos Deputados
Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior

24 - PROJETO DE LEI Nº 3.702/97 - do Sr. Ricardo Izar - que "dispõe sobre medidas que estimulam a aquisição e construção de imóveis para locação".

(APENSADO AO PROJETO DE LEI Nº 3.321/97)

25 - PROJETO DE LEI Nº 4.540/98 - do Sr. Telmo Kirst - que "obriga condomínios de edifícios comerciais a adaptarem áreas comuns para o trânsito de portadores de deficiências de locomoção".

(APENSADO AO PROJETO DE LEI Nº 5.993/90)

26 - PROJETO DE LEI Nº 4.674/98 - do Sr. Herculano Anghinetti - que "institui estímulos à aquisição de imóveis novos no âmbito do imposto de renda das pessoas físicas".

(APENSADO AO PROJETO DE LEI Nº 3.321/97)

27 - PROJETO DE LEI Nº 4.761/98 - do Sr. Lamartine Posella - que "regulamenta o art. 244, do Título IX, das Disposições Constitucionais Gerais da Constituição Federal".

(APENSADO AO PROJETO DE LEI Nº 5.993/90)

28 - PROJETO DE LEI Nº 4.793/98 - do Sr. Paulo Lustosa - que "dispõe sobre a destinação de percentual mínimo dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento da Região Nordeste - FNE ao financiamento de obras hídricas, projetos de irrigação e de desenvolvimento agro-industrial".

(APENSADO AO PROJETO DE LEI Nº 4.613/98)



Câmara dos Deputados
Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior

SUBCOMISSÕES ESPECIAIS

SUBCOMISSÃO ESPECIAL PARA O HABITAT

PRESIDENTE: Deputado Antônio Carlos Pannunzio - PSDB/SP
RELATOR: Deputado José Chaves - PMDB/PE

RELAÇÃO DE MEMBROS DA SUBCOMISSÃO

TITULARES:

- Antônio Carlos Pannunzio - PSDB/SP
- Eliseu Moura - PL/MA
- Fernando Zuppo - PDT/SP
- João Mendes - PPB/RJ
- José Chaves - PMDB/PE
- Murilo Pinheiro - PFL/AP
- Nedson Micheletti - PT/PR
- Osvaldo Biotchi - PTB/RS
- Sérgio Barcellos - PFL/AP
- Simão Gessim - PPB/RJ
- Simara Ellery - PMDB/BA
- Welson Gasparini - PSDB/SP

SUPLENTE:

- Antônio Brasil - PMDB/PA
- Jorge Khoury - PFL/BA
- José de Abreu - PSDB/SP
- Nilmário Miranda - PT/MG
- Roberto Pessoa - PFL/CE
- Valdeci Oliveira - PT/RS
- Wilson Cignachi - PMDB/RS



Câmara dos Deputados
Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior

**SUBCOMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAMENTO DO PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO DE ÁGUAS
DO RIO SÃO FRANCISCO PARA OUTRAS ÁREAS DO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO**

PRESIDENTA: Deputada Simara Ellery - PMDB/BA
RELATOR: Deputado Roberto Pessoa - PFL/CE

RELAÇÃO DE MEMBROS DA SUBCOMISSÃO

TITULARES:

- Antônio Brasil - PMDB/PA
- Jorge Khoury - PFL/BA
- José de Abreu - PSDB/SP
- Nilmário Miranda - PT/MG
- Roberto Pessoa - PFL/CE
- Simara Ellery - PMDB/BA
- Valdeci Oliveira - PT/RS
- Welson Gasparini - PSDB/SP

SUPLENTE:

- Antônio Carlos Pannunzio - PSDB/SP
- Eliseu Moura - PL/MA
- Fernando Zuppo - PDT/SP
- João Mendes - PPB/RJ
- José Chaves - PMDB/PE
- Murilo Pinheiro - PFL/AP
- Nedson Micheletti - PT/PR
- Osvaldo Botchi - PTB/RS
- Sérgio Barcellos - PFL/AP
- Simão Sessim - PPB/RJ
- Wilson Cignachi - PMDB/RS



Câmara dos Deputados
Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior

Emendas ao orçamento/99



Câmara dos Deputados
Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior

EMENDA À DESPESA

Emenda	Título	Complemento da Localidade
	Localidade - UF	Funcional-Programática
	UO (Código - Nome)	
001	ACÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE AÇÃO SOCIAL EM SANEAMENTO BÁSICO NACIONAL - NA	
	47101 - M. PLANEJ. ORÇAMENTO	13.076.0448.3460.0000

Situação do Subprojeto: Novo

Sequencial: 000000-0

Área de Governo: PLANEJAM, HABITAÇÃO, SANEAMENTO, INT. REG

Tipo de Realização: SANEAMENTO BÁSICO

Modalidade: AÇÕES DE

Esfera Orçamentária: Seguridade Social

Metas - Descrição

Quantidade Acrescentada

EMPREGO GERADO (UNIDADE) =

28.600

FAMÍLIA ASSISTIDA (UNIDADE) =

60.000

ACRÉSCIMOS:

GND

Mod. Aplicação

Valor

4

90

30.000.000

CANCELAMENTOS:

Sequencial

Fonte

GND

Mod. Aplicação

Valor

004820-9

199

3

90

7.000.000

004823-0

199

3

90

3.000.000

004960-2

100

3

90

10.000.000

005184-9

151

8

00

10.000.000

JUSTIFICAÇÃO:

DE ACORDO COM DADOS DO CENSO DE 1991, CERCA DE 81% DA POPULAÇÃO BRASILEIRA ERA SERVIDA POR SISTEMAS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. ENQUANTO QUE ESSE ÍNDICE ATINGIA MAIS DE 90% NA REGIÃO SUDESTE, NO NORDESTE ERA DE CERCA DE 65% E NA REGIÃO NORTE DE APENAS 52%. O ATENDIMENTO POR REDES COLETORAS DE ESGOTOS OU POR SISTEMAS APROPRIADOS DE FOSSAS SÉPTICAS, NO MESMO ANO, ATINGIA CERCA DE 64% DA POPULAÇÃO URBANA BRASILEIRA, COM ÍNDICE MAIOR NA REGIÃO SUDESTE (81%) E MENOR NO NORDESTE (36%).

ESSES INDICADORES, AINDA ATUAIS, MOSTRAM QUE MAIS DE 25 MILHÕES DE BRASILEIROS QUE VIVEM NAS CIDADES NÃO TEM ACESSO A ÁGUA POTÁVEL, ABASTECENDO-SE DE FONTES PRECÁRIAS, COM ELEVADOS RISCOS DE CONTAMINAÇÃO. DA MESMA FORMA, A MAIORIA DOS ESGOTOS SANITÁRIOS DAS CIDADES NÃO TEM TRATAMENTO E NEM DESTINAÇÃO ADEQUADA, CONSTITUINDO SÉRIOS FATORES DE CONTAMINAÇÃO E DE DISSEMINAÇÃO DE DOENÇAS.

OS INDICADORES SÃO IGUALMENTE PREOCUPANTES PARA OUTRAS ÁREAS DO SANEAMENTO BÁSICO, COMO A COLETA E DISPOSIÇÃO DE LIXO E A DRENAGEM URBANA. A SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL, EMBORA OS DADOS SOBRE ELA NÃO SEJAM TÃO APURADOS, É TÃO OU MAIS PRECÁRIA, ESPECIALMENTE NAS REGIÕES COM CARÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS, COMO O NORDESTE, ONDE FONTES CONTAMINADAS SÃO, MUITAS VEZES, A ÚNICA ALTERNATIVA PARA NÃO MORRER DE SEDE.

ALÉM DE CONTRIBUIR FORTEMENTE PARA A MÁ PERFORMANCE DE INDICADORES SOCIAIS, COMO A MORTALIDADE INFANTIL E GERAL E A INCIDÊNCIA E PREVALÊNCIA DE DOENÇAS, A DEFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO TRAZ UMA SÉRIE DE PREJUÍZOS A SOCIEDADE, DESTACANDO-SE:

- A SOBRECARGA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE;
- A SOBRECARGA E O ENCARECIMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL;
- A REDUÇÃO DA PRODUTIVIDADE DOS INDIVÍDUOS NO TRABALHO;
- OS DANOS CAUSADOS POR ENCHENTES E OUTROS EVENTOS LIGADOS A DEFICIÊNCIA DA DRENAGEM URBANA E DA COLETA DE LIXO;
- O AUMENTO DOS PROBLEMAS SOCIAIS DE UM MODO GERAL.

ALÉM DO MAIS, HÁ QUE CONTAR O SOFRIMENTO A QUE ESTÃO SUBMETIDAS AS PESSOAS E A LIMITAÇÃO IMPOSTA POR ESSAS DEFICIÊNCIAS AS SUAS POSSIBILIDADES DE MELHORIA DE PADRÃO ECONÔMICO E SOCIAL.

DESDE O FIM DO PLANASA - PLANO NACIONAL DE SANEAMENTO, EM MEADOS DA DÉCADA DE 80, TEM SIDO ESCASSOS OS RECURSOS PARA FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO.

ESSA ESCASSEZ DE RECURSOS É MAIS EVIDENTE NOS MUNICÍPIOS MAIS POBRES E NAS PERIFERIAS DAS MÉDIAS E GRANDES CIDADES E DECORRE, BASICAMENTE, DE DOIS FATORES:

- A PRÓPRIA ESCASSEZ DE RECURSOS LOCAIS PARA FAZER FRENTE TANTO A INVESTIMENTOS DIRETOS COMO PARA CONTRAPARTIDAS DE FINANCIAMENTOS;

- A BAIXA CAPACIDADE DE PAGAMENTO DAS POPULAÇÕES QUE ESTÃO FORA DOS SISTEMAS ATUAIS, O QUE IMPOSSIBILITA A VIABILIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS BASEADOS NA ARRECADAÇÃO TARIFÁRIA PELOS SERVIÇOS PRESTADOS.

ASSIM, A ÚNICA FORMA DE SE MELHORAR OS NÍVEIS DE ATENDIMENTOS DAS POPULAÇÕES MAIS POBRES DO BRASIL, SEJAM ELAS URBANAS OU RURAIS, POR SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, É VIA RECURSOS A FUNDO PEDIDO.

JUSTIFICA-SE, PORTANTO, A PROPOSTA DE AUMENTAR O VALOR PREVISTO PARA ESSE SETOR NO ORÇAMENTO PARA 1999.



Câmara dos Deputados
Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior

EMENDA À DESPESA

Emenda	Título	Complemento da Localidade
	Localidade - UF	Funcional-Programática
	UO (Código - Nome)	
002	PLANEJAMENTO URBANO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DE MUNICÍPIOS DE PEQUENOS E MÉDIO PORTES NACIONAL - NA	
	47101 - M. PLANEJ. ORÇAMENTO	10.058.0323.3421.0000

Situação do Subprojeto: Novo Sequencial: 000000-0

Área de Governo: PLANEJAM, HABITAÇÃO, SANEAMENTO, INT. REG

Tipo de Realização: DESENVOLV. URBANO/MUNICIPAL

Modalidade: AÇÕES DE Esfera Orçamentária: Fiscal

Metas - Descrição	Quantidade Acrescentada
MUNICÍPIO ATENDIDO (UNIDADE) =	80
PROJETO APOIADO (UNIDADE) =	35

ACRÉSCIMOS:	GND	Mod. Aplicação	Valor
	3	90	30.000.000
CANCELAMENTOS:	GND	Mod. Aplicação	Valor
Sequencial 005183-5	Fonte 100	8 00	30.000.000

JUSTIFICAÇÃO:

VIVEMOS, HOJE, EM UM PAÍS ESSENCIALMENTE URBANO. OS DADOS DO CENSO DE 1991, CONFIRMADOS PELA AMOSTRAGEM DE 1996, APONTAM QUE MAIS DE 75% DOS BRASILEIROS VIVEM EM CIDADES. ALÉM DISSO, HÁ UMA FORTE CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL NAS GRANDES CIDADES E EM DETERMINADAS REGIÕES, DANDO UM FORTE CARÁTER DE CONCENTRAÇÃO ESPACIAL E DE METROPOLIZAÇÃO AO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO BRASIL. MAIS DE 43 MILHÕES DE PESSOAS VIVEM, ATUALMENTE, NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS.

O PODER PÚBLICO NÃO TEM TIDO CONDIÇÕES DE ACOMPANHAR A REALIDADE DA URBANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA COM O ADEQUADO PROVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA, GERANDO-SE, EM CONSEQUÊNCIA, ASSENTAMENTOS HUMANOS MARCADOS PELA POBREZA, PELA DETERIORAÇÃO URBANA E PELA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL.

AS INTERVENÇÕES GOVERNAMENTAIS DIRECIONADAS A ESSA QUESTÃO NÃO SE PODEM LIMITAR AO ENFRENTAMENTO DOS DÉFICITS HABITACIONAIS ELEVADOS E DAS CARÊNCIAS NA COBERTURA E NA MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO. O BRASIL URBANO NECESSITA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EFICIENTES.

NÃO OBSTANTE RECONHECER-SE QUE A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS URBANOS VINCULA-SE A UMA SÉRIE DE FATORES ECONÔMICOS E SOCIAIS MAIS AMPLOS, O PLANEJAMENTO URBANO AFIGURA-SE COMO FUNDAMENTAL, NÃO SÓ COMO MEIO DE GARANTIR MELHOR QUALIDADE DE VIDA, MAS TAMBÉM PARA SALVAGUARDAR AS PRÓPRIAS POLÍTICAS DE MORADIA E DE SANEAMENTO BÁSICO.

SÃO ESSENCIAIS AS INICIATIVAS DESTINADAS AO DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS E À ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DAS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS, POR EXEMPLO, CAPACITANDO-AS PARA O DESEMPENHO DE ATIVIDADES TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS RELACIONADAS COM A MELHORIA E A MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO.

APESAR DE SEREM OS MUNICÍPIOS A SEDE, POR EXCELÊNCIA, DA GESTÃO URBANA, NÃO PODE A UNIÃO FURTAR-SE A ASSUMIR RESPONSABILIDADES NESSE CAMPO, PARTICULARMENTE EM AÇÕES VINCULADAS AO APOIO TÉCNICO A ESTADOS E MUNICÍPIOS (ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE À CAPACITAÇÃO GERENCIAL), AO INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES E EXPERIÊNCIAS, AO ESTABELECIMENTO DE DIRETRIZES, NORMAS E PADRÕES, À ARTICULAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL, INTERINSTITUCIONAL E INTERSETORIAL, À ORDENAÇÃO DO TERRITÓRIO, À REDUÇÃO DAS DISPARIDADES REGIONAIS E À DESCONCENTRAÇÃO METROPOLITANA.

ASSEGURAR A ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS FEDERAIS COM TAIS FINALIDADES É ESSENCIAL PARA QUE A UNIÃO POSSA CUMPRIR A SUA FUNÇÃO CONSTITUCIONAL DE COORDENAÇÃO NA INSTITUIÇÃO DE DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO.

ESTA EMENDA SE AJUSTA À IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL COM RELAÇÃO AOS OBJETIVOS: APOIO À DESCENTRALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, POR MEIO DA CAPACITAÇÃO TÉCNICA E GERENCIAL DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS E DOTAR AS UNIDADES FEDERATIVAS DE INSTRUMENTOS JURÍDICOS E PROGRAMÁTICOS CAPAZES DE VIABILIZAR AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO.



Câmara dos Deputados
Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior

EMENDA À DESPESA

Emenda	Título				
	Localidade - UF		Complemento da Localidade		
	UO (Código - Nome)		Funcional-Programática		
003	HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL NO ÂMBITO DO PROGRAMA HABITAR-BRASIL NACIONAL - NA				
	47101 - M. PLANEJ. ORÇAMENTO		10.057.0316.3435.0000		
Situação do Subprojeto: Novo			Sequencial: 000000-0		
Área de Governo: PLANEJAM, HABITAÇÃO, SANEAMENTO, INT. REG					
Tipo de Realização: HABITAÇÕES URBANAS E RURAIS					
Modalidade: MELHORIA(S) DA/EM			Esfera Orçamentária: Fiscal		
Metas - Descrição			Quantidade Acrescentada		
EMPREGO GERADO (UNIDADE) =			8.000		
FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE) =			40.000		
ACRÉSCIMOS:			GND	Mod. Aplicação	Valor
			4	90	80.000.000
CANCELAMENTOS:			GND	Mod. Aplicação	Valor
	Sequencial	Fonte	8	00	80.000.000
	005183-5	100			

JUSTIFICAÇÃO:

UM DOS MAIORES PROBLEMAS COM QUE SE DEFRONTAM ATUALMENTE OS GOVERNOS DO MUNDO INTEIRO REFERE-SE À CARÊNCIA HABITACIONAL. NO BRASIL, O ÍNDICE DE URBANIZAÇÃO PASSOU DE 31% DA POPULAÇÃO EM 1940 PARA MAIS DE 75% EM 1991, UM INCREMENTO FORTEMENTE MARCADO PELA CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL NAS ÁREAS METROPOLITANAS. FORNECER TERRA E INFRA-ESTRUTURA DE EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E EMPREGOS A ESTA POPULAÇÃO TORNOU-SE UM GRANDE DESAFIO.

ESTUDO RECENTE DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, ELABORADO PARA A SECRETARIA DE POLÍTICA URBANA DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO E QUE UTILIZA DADOS DO CENSO DE 1991, APONTA UM DÉFICIT DE QUASE CINCO MILHÕES DE MORADIAS NO BRASIL, DO QUAL 25% LOCALIZA-SE NAS REGIÕES METROPOLITANAS, 42% NAS DEMAIS ÁREAS URBANAS E 33% EM ÁREAS RURAIS, ATINGINDO MAJORITARIAMENTE A POPULAÇÃO COM RENDA DE ATÉ CINCO SALÁRIOS MÍNIMOS. O DÉFICIT APONTADO PELO ESTUDO INCLUI OS DOMÍLIOS IMPROVISADOS OU RÚSTICOS E OS CASOS DE COABITAÇÃO DE MAIS DE UMA FAMÍLIA.

VISANDO REDUZIR O INQUESTIONÁVEL DÉFICIT HABITACIONAL DE NOSSO PAÍS, O PLANO PLURIANUAL ESTABELECE COMO META A CONSTRUÇÃO DE 1,2 MILHÕES DE MORADIAS, VISANDO ATENDER PRIORITARIAMENTE AS CAMADAS DE POPULAÇÃO DE RENDA MAIS BAIXA, ONDE SÃO MAIS EVIDENTES E CONCENTRADAS AS CARÊNCIAS.

OCORRE QUE A MAIORIA DOS PROGRAMAS HABITACIONAIS EM ANDAMENTO UTILIZA-SE DE RECURSOS ONEROSOS (ORIUNDOS DO FGTS E DAS CADERNETAS DE POUPANÇA), QUE EXIGEM CONDIÇÕES DE RETORNO INCOMPATÍVEIS COM A CAPACIDADE DE PAGAMENTO DAS POPULAÇÕES ONDE É MAIS EVIDENTE O DÉFICIT HABITACIONAL. A SOLUÇÃO INEVITÁVEL É A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, DE FORMA A COMPOR UMA PARCELA DE SUBSÍDIO, SEM A QUAL A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA NÃO PODE SER ATENDIDA. A DESTINAÇÃO DE RECURSOS AO FHAP APRESENTA-SE COMO UMA FORMA VIÁVEL DE ENCAMINHAMENTO DE SOLUÇÃO.

VALE LEMBRAR, MAIS UMA VEZ, A REALIZAÇÃO, EM ISTAMBUL, NO MÊS DE JUNHO DE 1997, DA SEGUNDA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE ASSENTAMENTOS HUMANOS, CHAMADA "HABITAT II", QUE RESULTOU NA ADOÇÃO DE UMA DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS E COMPROMISSOS E NA FORMULAÇÃO DE UM PLANO DE AÇÃO MUNDIAL, QUE CONSTITUIU A "AGENDA HABITAT". ESSES DOCUMENTOS, DOS QUAIS O BRASIL É SIGNATÁRIO, MENCIONAM SER UM DEVER DOS ESTADOS PROTEGER E ASSEGURAR O DIREITO À HABITAÇÕES ADEQUADAS, CABENDO A CADA GOVERNO, PROGRESSIVAMENTE, VIABILIZAR O EXERCÍCIO DE TAL DIREITO.

ADAPTADA ÀS DIFERENTES REALIDADES LOCAIS, A AGENDA SERVIRÁ PARA NORTEAR O DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITACIONAL. APESAR DE NÃO TER FORÇA DE TRATADO INTERNACIONAL, A SUA OBSERVÂNCIA PELOS PAÍSES ASSUME PAPEL BÁSICO NO ENGAJAMENTO EM PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FINANCEIRA MULTILATERAIS.

O MONTANTE DE RECURSOS PREVISTO NA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 1999 PARA O REFERIDO FUNDO, DIANTE DAS DIMENSÕES DO PROBLEMA, REVELA-SE INSIGNIFICANTE E CONSIDERAVELMENTE INFERIOR AO PREVISTO E PRATICADO EM ANOS ANTERIORES.

A PREVISÃO DE RECURSOS PARA HABITAÇÃO POPULAR EM PATAMARES ADEQUADOS É IMPRESCINDÍVEL PARA O RESGATE DA DÍVIDA SOCIAL BRASILEIRA E CONFIGURA-SE COMO UMA COMPROMISSO PERANTE A COMUNIDADE INTERNACIONAL. A PRESENTE PROPOSTA DE EMENDA VISA, BASICAMENTE, Atingir os municípios de médio e pequeno porte, justamente os que menos condições têm de acesso a fontes de financiamento.



Câmara dos Deputados
Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior

EMENDA À DESPESA

Emenda Título
 Localidade - UF Complemento da Localidade
 UO (Código - Nome) Funcional-Programática

004 SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO E MÉDIO PORTES
 NACIONAL - NA

 47101 - M. PLANEJ. ORÇAMENTO 13.076.0448.3460.0000

Situação do Subprojeto: Novo Sequencial: 000000-0

Área de Governo: PLANEJAM, HABITAÇÃO, SANEAMENTO, INT. REG

Tipo de Realização: COLETA/TRAT. RESÍDUOS SÓLIDOS

Modalidade: ATÍPICA / OUTRAS

Esfera Orçamentária: ~~Segurança Social~~

Metas - Descrição

Quantidade Acrescentada

EMPREGO GERADO (UNIDADE) =

28.600

FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE) =

60.000

ACRÉSCIMOS:

GND

Mod. Aplicação

Valor

4

90

30.000.000

CANCELAMENTOS:

Sequencial

Fonte

GND

Mod. Aplicação

Valor

004820-9

100

1

90

5.000.000

004837-9

100

4

30

10.000.000

004845-6

100

4

30

15.000.000

JUSTIFICAÇÃO:

NA LIMPEZA URBANA, QUE ENGLOBA A COLETA, O TRATAMENTO E A DISPOSIÇÃO FINAL DE LIXO (OU RESÍDUOS SÓLIDOS), ESTÁ UMA DAS MAIS GRAVES DEFICIÊNCIAS BRASILEIRAS NO CAMPO DO SANEAMENTO BÁSICO. ESSE COMPONENTE DO SANEAMENTO É, TALVEZ, O QUE MENOS ATENÇÃO TEM RECEBIDO POR PARTE DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS.

NO ENTANTO, A CARÊNCIA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA TRAZ GRAVES CONSEQUÊNCIAS PARA A SAÚDE PÚBLICA E PARA O MEIO AMBIENTE. A MAIORIA ABSOLUTA DAS CIDADES BRASILEIRAS NÃO DISPÕE ADEQUADAMENTE O LIXO COLETADO. O DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS, QUE DEVERIA, NO MÍNIMO, SER UM ATERRO SANITÁRIO, ACABA SENDO TERRENOS BALDIOS, RIOS, LAGOS E PRAIAS. A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL É EVIDENTE, NA FORMA DE CONTAMINAÇÃO DOS LENÇÓIS DE ÁGUA SUBTERRÂNEA, DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS E DE PRAIAS E OUTROS LOCAIS QUE DEVERIAM SERVIR AO USO PÚBLICO. AINDA COMO PREJUÍZO AMBIENTAL VALE CITAR A DEGRADAÇÃO PAISAGÍSTICA, TRISTEMENTE PRESENTE NAS PERIFERIAS URBANAS, NAS MARGENS DOS CURSOS D'ÁGUA E NAS PRAIAS.

A DISPOSIÇÃO INADEQUADA DE LIXO PROPORCIONA A PROLIFERAÇÃO DE INSETOS E ROEDORES, RESPONSÁVEIS PELA DISSEMINAÇÃO DE UMA SÉRIE DE DOENÇAS COMO DIARRÉIAS INFECCIOSAS, FEBRE TIFÓIDE E LEPTOSPIROSE, PARA CITAR APENAS ALGUNS EXEMPLOS. OS PREJUÍZOS AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, À PREVIDÊNCIA SOCIAL E SOBRE A FORÇA DE TRABALHO SÃO INCALCULÁVEIS, SEM CONTAR O SOFRIMENTO HUMANO QUE SERIA EVITÁVEL.

OS PROJETOS A SEREM APOIADOS, NESSE CAMPO, SÃO OS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO OU AMPLIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO, DE UNIDADES DE TRATAMENTO DE LIXO, COMO USINAS DE COMPOSTAGEM E DE INCINERAÇÃO, E DE ATERROS SANITÁRIOS PARA DISPOSIÇÃO DE LIXO CRU OU DE REFUGOS DE USINAS DE COMPOSTAGEM.

JUSTIFICA-SE PLENAMENTE, POIS, A CONCENTRAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS EM PROJETOS RELACIONADOS COM A LIMPEZA PÚBLICA, ENVOLVENDO A COLETA, O TRATAMENTO E A DISPOSIÇÃO FINAL DO LIXO URBANO.